

Cadernos Espinosanos



ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 40 jan-jun 2019 ISSN 1413-6651

IMAGEM Escultura de *Pascal* por François Lanno,
realizada em pedra por volta de 1853, coleção do Museu do Louvre.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A APOSTA DE PASCAL

Luís César Guimarães Oliva
Professor livre-docente,
Universidade de São Paulo,
São Paulo, Brasil
lcoliva@uol.com.br

RESUMO: Este artigo pretende expor a estrutura argumentativa do famoso fragmento pascaliano sobre a aposta, cujo intuito principal é mostrar a maior razoabilidade da vida do cristão em comparação com a do não cristão. Partindo da indemonstrabilidade da existência ou inexistência de Deus, o fragmento desenvolve uma argumentação racionalmente aceitável para justificar que se aposte no incerto, sobretudo quando o infinito está em jogo.

PALAVRAS-CHAVE: Pascal, aposta, razoável, vida cristã.

O fragmento 418/ 233¹ é um dos mais famosos e discutidos dos *Pensamentos* de Pascal e causa polêmica tanto a respeito de sua reconstrução (a maneira como os comentários laterais são inseridos no corpo do texto, a hipótese de duas redações, etc.), quanto a respeito de seu papel no interior do projeto apologético. Seria uma apologia paralela? Seria o ponto culminante do projeto apologético? Ou seu ponto de partida? O fragmento 12/187, ao qual voltaremos mais à frente, sugere que esteja no início, mas não há uma afirmação definitiva. Gouhier reconstrói esta polêmica, apresentando as diversas posições a respeito, mas termina por desfazer a própria questão, na última linha de seu capítulo sobre a aposta: “*O que importa é a função da aposta: ela pode exercer esta função em lugares diferentes*” (GOUHIER, 1966, p. 306). Mostrar a função da aposta será, portanto, nosso principal objetivo, embora não possa realizar-se totalmente neste trabalho. Por falta de espaço, este artigo se limitará a um aspecto da função da aposta: mostrar a razoabilidade da posição cristã, deixando para um próximo trabalho, já em preparação, a apresentação de uma noção fundamental para a compreensão desta posição: a bestificação. Para tanto exporemos a estrutura argumentativa desse famoso fragmento, pelo menos em sua primeira parte. Vamos a ela.

O fragmento 418/233 abre-se da seguinte maneira:

Infinito nada.

Nossa alma é lançada no corpo onde encontra número, tempo, dimensões; ela raciocina a respeito e chama a isso natureza, necessidade, e não pode acreditar em outra coisa. (PASCAL, 2001, p. 158)

1 As citações dos *Pensamentos* seguirão a tradução de Mário Laranjeira (Pascal, B. *Pensamentos*. São Paulo, Martins Fontes, 2001) e serão apresentadas junto com as numerações Lafuma e Brunschvicg, nesta ordem.

O fragmento parte dos princípios naturais e termos primitivos da geometria, sem retomar a discussão do opúsculo *Do Espírito Geométrico* a respeito do caráter último ou não desses princípios, nem o debate cético sobre se não passariam de princípios de hábito. O texto vai desenrolar-se em parte no terreno matemático, e, para que o leitor o acompanhe, é fundamental que tais princípios não sejam postos em questão. Naturais ou não, eles são a matéria prima do geômetra, cuja racionalidade servirá de referência para o debate. Trata-se de apresentar argumentos que a racionalidade geométrica, representada sobretudo por Descartes, concederia, mesmo que a contragosto. Ora, esta racionalidade depende, para operar, de princípios (como “o todo é maior que a parte”) e termos primitivos (como “número, tempo, dimensões”) que não serão mais questionados.

Em *Do Espírito Geométrico* vê-se que, desses termos primitivos, os quais indicam objetos cuja essência nos escapa, podemos, contudo, extrair propriedades verdadeiras. Naquele opúsculo, mesmo sem apreender a essência das grandezas, vemos que é impossível que qualquer delas não seja divisível ao infinito, já no fragmento vemos que:

A unidade acrescentada ao infinito não o aumenta em nada, não mais do que um pé a uma medida infinita; o finito se aniquila na presença do infinito e se torna um puro nada. (PASCAL, 2001, p. 158)

Diante do infinito, qualquer grandeza finita se aniquila, no sentido de ser irrelevante para ele e nada acrescentar a ele, tal como grandezas de ordens diversas². Como diz o *Tratado da Soma das potências numéricas*:

não se aumenta uma grandeza contínua ao acrescentar-lhe, na quantidade que queiramos, grandezas de uma ordem de infinitu-

2 Sobre a teoria das três ordens de realidade em Pascal, veja-se o fragmento 308/793: “A distância infinita entre os corpos e os espíritos figura a distância infinitamente infinita entre os espíritos e a caridade, porque esta é sobrenatural.” (PASCAL, 2001, p. 124)

de inferior. Assim os pontos nada acrescentam às linhas, as linhas às superfícies, as superfícies aos sólidos. (PASCAL, 1963, p. 94)

Mesmo no interior da extensão, ou seja, na ordem dos corpos, há diversidade de naturezas análoga à distância infinita que separa os corpos dos espíritos. Não só o corpo é incapaz de produzir movimentos no espírito, mas também a linha, e mesmo infinitas linhas, nada acrescentam ao plano, assim como infinitos pontos nada acrescentam à própria linha. O mesmo pode ser dito da unidade em relação ao infinito.

Ora, como diz o fragmento 418/233, a desproporção não será menor entre a ordem dos espíritos e a da caridade:

Assim o nosso espírito diante de Deus, assim a nossa justiça diante da justiça divina. Não há tão grande desproporção entre a nossa justiça e a de Deus quanto entre a unidade e o infinito. É preciso que a justiça de Deus seja enorme como a sua misericórdia. Ora, a justiça contra os réprobos é menos enorme e deve chocar menos do que a misericórdia para com os eleitos. (PASCAL, 2001, p. 158)

Se qualquer finito é um nada relativo diante do infinito, também nosso espírito finito será um nada diante da infinitude do intelecto divino. Entre nossa ciência, por maior que seja, e a onisciência divina a distância será sempre infinita, de modo que nossa justiça se aniquila diante da justiça divina, absoluta, e que nos escapa. O que podemos dizer dela? Que é enorme, assim como é enorme sua misericórdia. Quem somos para recriminar a justiça divina que pune os pecadores se é por uma misericórdia ainda maior que Deus salva alguns eleitos que, em virtude do pecado de Adão e dos seus próprios, mereciam a condenação eterna? Não compreendemos como a Justiça, que deveria condenar a todos, não se aplica sobre alguns, os quais a misericórdia poupa através da ação da graça. Mas tendemos a ser mais complacentes com a injustiça aparente envolvida pela salvação dos pecadores do que com a falta de misericórdia para todos. Ora, nem um atributo nem o outro podem ser finitos em Deus, logo não há limites

na perfeição divina e seus atributos de justiça e misericórdia não disputam espaço nem se limitam. O problema é que, como a infinitude nos escapa, achamos que podemos julgar Deus por critérios antropomórficos. A correta compreensão da natureza das grandezas geométricas já deveria nos instruir sobre a impropriedade de avaliar a justiça divina a partir da nossa, mas mesmo os geômetras cometem esse erro. Daí que o primeiro passo do fragmento, que se dirige ao racionalista, ao geômetra, seja mostrar que ele não pode ignorar as consequências dos próprios princípios geométricos.

Fechado o parêntese sobre a justiça divina, o fragmento 418/233 volta a explorar a aproximação entre Deus e o infinito da geometria:

Sabemos que existe um infinito e ignoramos a sua natureza como sabemos que é falso dizer que os números sejam finitos. É verdade então que existe um infinito em número, mas não sabemos o que ele é. É falso que seja par, é falso que seja ímpar, pois acrescentando a unidade ele não muda de natureza. Entretanto é um número, e todo número é par ou ímpar. É verdade que isso se entende de todo número finito. Assim, pode-se perfeitamente conhecer que há um Deus sem saber o que ele é. (PASCAL, 2001, p. 158)

A continuação infinita dos números, como também mostra *Do Espírito Geométrico*, nos obriga a afirmar que há um infinito em número, ainda que se entenda por infinito, neste caso, o infinito potencial, o interminável suceder de um número a outro, e não o infinito atual. Esta afirmação de existência, porém, não implica que conheçamos sua natureza. O opúsculo já nos alertava para a possibilidade de conhecer propriedades sem conhecer a essência, que nos escapa. Todavia Pascal não está apenas se referindo a uma propriedade dos números em geral neste fragmento. Diferentemente do opúsculo, ele fala do infinito em número como um objeto, como um número e não uma propriedade dos números, tanto que menciona a possibilidade de acrescentar-lhe uma unidade. Isto aponta para algo que nos escapa mais ainda, o infinito atual, pensado agora a partir dos números, e não a partir do tempo ou da extensão. Este infinito em número, lembrando novamente do opúsculo, é uma grandeza desproporcional aos números.

O número infinito não poderia resultar de uma multiplicação ou acréscimo, assim como o indivisível de número (zero) não resulta de divisão. Quando Pascal mostra que o acréscimo em nada afeta a natureza do infinito em número, é impossível não recordar a regra de Euclides. Nela o acréscimo servia de critério para detectar grandezas homogêneas. No fragmento 418/233, o infinito em número é totalmente indiferente ao acréscimo de números. Em outras palavras, o infinito sequer é um número (OLIVA, 2004, p. 57).

Estamos no limite de falar de Deus (por isso Pascal diz que é possível reconhecer que há um Deus sem saber o que ele é), mas ainda não chegamos lá. Trata-se de um conhecimento negativo do infinito, por meio da impossibilidade de negar sua existência, mas não de um conhecimento direto desta mesma existência. Por outro lado, este reconhecimento indireto da existência do infinito do ponto de vista dos números aponta para a existência de algo que necessariamente nos supera, mas não ainda para o Deus da religião com tudo que ele implica, portanto estamos longe de Jesus Cristo, que é o que interessa a Pascal. Por isso o parágrafo seguinte vai negar o conhecimento desta existência.

Do ponto de vista de nossa capacidade natural de conhecer, Pascal estabelece os seguintes critérios: o conhecimento da existência de algo depende deste algo ter alguma coisa em comum conosco, ao passo que o conhecimento de sua natureza depende de ter limites como nós, visto que a infinitude implica a possibilidade de que este algo tenha algo mais além daquele comum que tínhamos com ele. Por conseguinte:

418/233: Conhecemos, pois, a existência e a natureza do finito porque somos finitos e extensos como ele. Conhecemos a existência do infinito e ignoramos a sua natureza porque ele tem extensão como nós, mas não tem limites como nós. Mas não conhecemos nem a existência nem a natureza de Deus porque ele não tem extensão nem limites. (PASCAL, 2001, p. 159)

Pascal começa falando da natureza extensa, tal como no início falara dos números. Enquanto finita, conhecemos sua existência e natureza. Enquanto infinita (lembrando que o fr. 199/72 diz que a natureza é uma esfera infinita), embora seja desproporcional a nós, ainda podemos conhecer sua existência, pois é extensa como nosso corpo, mas ignoramos sua natureza, pois é ilimitada. Como nos números, a extensão material também constitui um infinito potencial e aponta para a existência de um absoluto a partir desta perspectiva. Porém, aqui Pascal não permite confundi-lo com Deus. A extensão potencialmente infinita sugere Deus, mas não é Deus, daí a afirmação de que a existência de Deus, inextenso, nos escapa, bem como sua natureza, por ser atualmente infinito.

Isto não significa, porém, que por vias sobrenaturais não possamos conhecê-lo:

Mas, pela fé, conhecemos a sua existência, pela glória, conhecemos sua natureza. Ora, já mostrei que se pode perfeitamente conhecer a existência de uma coisa sem conhecer-lhe a natureza. (PASCAL, 2001, p. 159)

Por não ser extenso, Deus não pode fazer-se sensível aos nossos sentidos, mas, pela fé, tal como apresentada no fr. 424/278, pode fazer-se sensível ao coração. O que evidentemente não torna sua essência transparente a nossa razão. O sentimento do coração nos dá apenas sua existência e algumas de suas propriedades, não sua natureza, que só será acessível após a morte, na glória. Isto não invalida o conhecimento de sua existência, como vimos no caso do infinito em número, cuja natureza nos escapava. Portanto é perfeitamente possível que a fé nos dê a conhecer a existência sem que isto implique o conhecimento da natureza divina. A independência destes conhecimentos, verificada no registro natural, mantém-se no registro sobrenatural.

Mas este comentário não deve desviar nosso foco. Pascal não tem como alvo falar da existência de Deus a partir da fé, mas das luzes naturais, e é a partir daqui que começará propriamente a argumentação da aposta:

Falemos agora segundo as luzes naturais. Se há um Deus, ele é infinitamente incompreensível, visto que, não tendo nem partes nem limites, não tem nenhum ponto de relação conosco. Somos, pois, incapazes de conhecer quer aquilo que ele é, quer se ele é. Assim sendo, quem ousará empreender a tarefa de resolver essa questão? Não somos nós, que não temos nenhum ponto de relação com ele. (PASCAL, 2001, p. 159)

A razão, pelos motivos que já vimos, é incapaz de dar um veredito sobre a natureza ou a existência de Deus. Totalmente desproporcionada ao objeto infinito e inextenso (sem partes), ela deve calar-se quanto a afirmar a existência de Deus. Porém o mesmo vale para negá-la, ou seja, isto também não está ao seu alcance. Diz Pascal:

Quem então recriminará os cristãos por não poderem explicar racionalmente a sua crença, eles que professam uma religião que não podem reduzir à razão; eles declaram ao expô-la ao mundo que é uma estultice, *stultitiam*, e depois vos queixais de que eles não a provam. Se a provassem, não manteriam a palavra. É tendo falta de prova que eles não têm falta de sentido. (PASCAL, 2001, p. 159)

Em outras palavras, em termos de provas, os não-cristãos estão tão desguarnecidos quanto os cristãos. Incapazes de provar a existência de Deus, os cristãos têm, contudo, a vantagem de apresentar uma religião que explicitamente recusa esta prova. O ocultamento de Deus é a única posição coerente com a miséria constitutiva da concepção cristã de homem. Como explica Pascal em outro fragmento fundamental:

427/194: ...Informem-se pelo menos sobre o que é a religião que combatem antes de combatê-la. Se essa religião alardeasse ter uma vista clara sobre Deus, e possuí-lo a descoberto e sem véu, seria combatê-la dizer que não se vê nada no mundo que o mostre com essa evidência. Mas visto que ela diz, ao contrário, que os homens estão nas trevas e no afastamento de Deus, que este está escondido ao seu conhecimento, que é até esse o nome que ele dá

pra si nas Escrituras, *Deus absconditus*; e, finalmente, se ela trabalha igualmente para estabelecer estas duas coisas: que Deus colocou marcas sensíveis na Igreja para se fazer reconhecer por aqueles que o buscam de todo o coração, que vantagem podem eles tirar, quando na negligência em que fazem profissão de buscar a verdade, gritam que nada a mostra a eles, pois que essa obscuridade em que estão, e que objetam à Igreja, não faz mais do que estabelecer uma das coisas que ela sustenta, sem tocar na outra, e estabelece a sua doutrina, antes de a arruinar? (PASCAL, 2001, p. 165)

A ausência de provas é coerente com o cristianismo, o que provoca uma reviravolta tipicamente pascaliana: a indemonstrabilidade da existência de Deus, lançada contra o cristianismo, passa a seu favor, fazendo a balança pender para seu lado: ambos os lados são incapazes de provar, mas só o cristão traz o ganho epistêmico de poder explicar o porquê desta indemonstrabilidade.

Porém o objetor desenhado por Pascal retruca:

418/233: Sim, mas ainda que isso escuse aqueles que a oferecem assim, e que isso lhes evite a recriminação por a mostrarem sem razão, isso não escusa aqueles que a recebem. (PASCAL, 2001, p. 159)

Que as características da doutrina eximam o cristão de oferecer as provas, e que seja razoável que uma religião que se diz misteriosa não seja demonstrável, isso garante a razoabilidade, ou melhor, a coerência do defensor do cristianismo. Porém não torna mais razoável a aceitação desta doutrina. O cristão tem a liberdade de definir-se como quiser, inclusive como o portador de uma religião misteriosa que não pode ser provada. A aceitação desta definição livre (nos termos de *Do Espírito Geométrico*) como uma proposição verdadeira (sem a devida demonstração) é que não pode dar-se sem ferir a racionalidade do homem. Por isso Pascal tem de levar a discussão para um outro campo, no qual a ausência de provas racionais não exclua totalmente a razão, sob pena de o discurso do cristão perder todo o valor apologético. A apologia, afinal, fala racionalmente para um ouvinte que

não pode ser pressuposto como cristão, mas que se pretende racional. Para isso, nas palavras de Gouhier,

A aposta é uma argumentação, não uma demonstração. É verdade que ambas visam provocar, pelo discurso, a adesão do pensamento a certas proposições distintamente enunciadas; mas, no segundo caso, trata-se de uma evidência ou de uma conclusão ou de um fato cujo conhecimento exclui toda possibilidade de escolha; no primeiro, ao contrário, trata-se de esclarecer uma escolha. Diferença que, para simplificar, traduziremos distinguindo racional e razoável. O racional é, por definição, impessoal e faz desaparecer o eu com a escolha; o razoável qualifica ao mesmo tempo uma propriedade do que é escolhido e uma qualidade daquele que escolhe, o eu permanecendo sempre presente na escolha. (GOUHIER, 1966, p. 279³)

Colocando-se como uma aposta, a argumentação do cristão buscará não demonstrar a existência de Deus, mas iluminar a atitude do homem diante desta possível existência. Como diz Deleuze, citado por Lebrun:

A aposta de Pascal não concerne de forma nenhuma a existência de Deus ou a não existência de Deus: a aposta é antropológica; recai apenas sobre dois modos de existência do homem, a existência do homem que diz que Deus existe e a existência do homem que diz que Deus não existe (*Nietzsche e a Filosofia*). (apud LEBRUN, 1983, p. 115)

Voltemos agora ao próprio texto de Pascal:

418/233: Examinemos, pois, esse ponto. E digamos: Deus existe ou não existe; mas para que lado penderemos? A razão nada pode determinar a esse respeito. Existe um caos infinito que nos separa. Joga-se um jogo na extremidade dessa distância infinita, em

3 Ainda sobre a distinção entre demonstração e argumentação, ver (MANTOVANI, 2016, p. 55 a 58).

que dará cara ou coroa. Que aposta fareis? Pela razão não podeis fazer nem uma coisa nem outra; pela razão não podeis desfazer nenhuma das duas. Não recrimineis, então, por falsidade, aqueles que fizeram uma escolha, pois nada sabeis a respeito. Não, mas eu os recriminarei por terem feito não tal escolha, mas uma escolha, pois ainda que aquele que escolhe coroa e o outro estejam em igual erro, eles estão ambos em erro; o certo é não apostar. (PASCAL, 2001, p. 159)

Novamente o racionalista tenta contrapor-se ao cristão indicando que a postura racional diante da ausência de demonstração é a ausência de assentimento. É verdade que a posição de quem aposta na inexistência de Deus não é menos irracional do que a de quem aposta na existência, mas o relevante é que o racional seria não apostar, bem como há poucas linhas atrás havia sido dito que o racional era não se pronunciar sobre a racionalidade da religião cristã, que não tem nem pode ter provas. O quadro, porém, mudou, e o que era possível no terreno impessoal da ciência não é mais possível no terreno da aposta, a qual é, antes de tudo, uma escolha de vida que não pode ser suspensa nem postergada:

Sim, mas é preciso apostar. É inevitável, estais embarcados nessa. Qual dos dois escolhereis então? Vejamos; já que é preciso escolher, vejamos o que vos interessa menos. Tendes duas coisas para perder: a verdade e o bem, e duas coisas a engajar: vossa razão e vossa vontade, vosso conhecimento e vossa ventura; e vossa natureza duas coisas de que fugir: o erro e a miséria. Vossa razão não fica mais ofendida, pois que é preciso necessariamente escolher, escolhendo um ou outro. Aí está um ponto liquidado. E a vossa ventura? Pesemos o ganho e a perda escolhendo coroa que Deus existe. Avaliemos esses dois casos: se ganhardes, ganhareis tudo, e se perderdes, não perdeis nada: apostai, pois, que ele existe sem hesitar. (PASCAL, 2001, p. 160)

Como também ocorrerá no embate entre céticos e dogmáticos (fragmento 131/434), não há suspensão de juízo possível. Não se pronunciar a favor de nenhuma das duas correntes é já ser cético. Da mesma forma, não apos-

tar na existência nem na inexistência de Deus redundam em viver como se Deus não existisse. Já que a aposta é antropológica, essa ausência de posição reduz-se à aposta na inexistência de Deus.

Sendo preciso apostar, e sem o apoio da razão para fazer uma demonstração irrefutável sobre a existência de Deus, resta recorrer à razão para avaliar o benefício que teríamos vivendo de uma ou de outra maneira. Esta passagem do campo da verdade para o campo da beatitude (felicidade ou ventura) explicita que a aposta é sobretudo uma questão ética, mais do que teórica ou mesmo religiosa, visto que a conversão, em última análise, não dependerá de uma argumentação. Em vez de pensar em termos de interesses egoístas (o que horrorizou grande parte da tradição), é preciso pensar em termos de razoabilidade da conduta moral, o que, evidentemente, também envolve uma legítima esperança de recompensa e uma inevitável parcela de perda. O que se ganha vivendo como se Deus existisse? Se for verdade que Ele existe, ganha-se tudo. Se for mentira, não se perde nada. Já que a aposta é inevitável, não há por que hesitar. Aqui termina o que Gouhier chama de primeira exposição ou redação da aposta. Muitos detalhes dessa argumentação deverão ser explicitados na sequência. E o primeiro é justamente o questionamento sobre se, de fato, não se perde nada na aposta.

Diz Pascal:

Isso é admirável. Sim, é preciso apostar, mas talvez eu esteja apostando demais. Vejamos, pois que há igual possibilidade de ganho e de perda, se só tivésseis a ganhar duas vidas por uma, poderíeis ainda apostar, mas se houvesse três a ganhar? Seria preciso jogar (pois que estais na necessidade de jogar) e seríeis imprudente, quando sois obrigado a jogar, de não arriscar vossa vida para ganhar três em um jogo em que há igual possibilidade de perda e de ganho. (PASCAL, 2001, p. 160)

O não-cristão resiste em crer que não está apostando nada. Ele jogará sua própria vida, sacrificada em nome de uma existência após a morte que a

razão é incapaz de confirmar. Seria razoável perder a vida por um ganho tão incerto? Nunca se pode esquecer que é inevitável apostar, e que qualquer posição assumida será já uma aposta, mesmo que inconsciente. Supondo que nossa vida seria realmente perdida no caso de Deus não existir, seria legítimo apostar uma vida para ganhar duas (a que eu mantive e a segunda que me veio por ter acertado)? Sim, pois o ganho é o dobro do investimento e a chance de vitória, dada a total opacidade desta à razão, é igual à de derrota. Como explica Lebrun:

Limitemo-nos a examinar casos de jogadas finitas, quando há uma chance de ganhar e uma chance de perder. Devo sempre jogar de maneira que minha “esperança de ganho”, isto é, o produto do ganho esperado pela probabilidade que tenho de ganhar seja ou superior à aposta ou, ao menos, igual (uma vez que sou forçado a jogar). Isso posto, Pascal mostra que é razoável expor uma vida para ganhar duas ou três (para dobrar ou triplicar o lance). (LEBRUN, 1983, p. 118)

Portanto, se o ganho fosse triplo, seria preciso jogar, estabelecendo uma proporcionalidade entre a grandeza do ganho e o interesse em apostar na alternativa que garante esse ganho. Como as chances de perda e ganho são iguais sempre, quanto maior o ganho, tanto mais é razoável jogar para obtê-lo.

Ocorre que esta proporcionalidade, válida para bens finitos, é aplicada ao infinito nas linhas seguintes:

Mas há uma eternidade de vida e de felicidade. E, sendo assim, quando houvesse uma infinidade de possibilidades das quais uma só seria a vosso favor, teríeis ainda razão de apostar um para ter dois; e agireis contra o bom senso, sendo obrigado a jogar, recusando a jogar uma vida contra três num jogo em que dentre uma infinidade de possibilidades há uma em vosso favor, se houvesse uma infinidade de vida infinitamente feliz para ganhar: mas há, aqui, uma infinidade de vida infinitamente feliz para ganhar, uma possibilidade de ganho contra um número finito de possibilidades

de perda e aquilo que estais jogando é finito. Isso elimina qualquer outra escolha em toda situação em que está o infinito e em que não há uma infinidade de possibilidades de perda contra a de ganho. Não há por que balançar, há que se dar tudo. (PASCAL, 2001, p. 160)

Não se trata de apostar um para ter dois ou três. Trata-se de apostar para ganhar o infinito. Neste quadro, a proporção faria a aposta razoável mesmo que houvesse infinitas chances de perda, desde que houvesse pelo menos uma chance de vitória. A infinitização dos casos de perda, desde que não convertida em impossibilidade, seria compensada pela infinitização do ganho, mantendo a razoabilidade da aposta. Acontece que aqui não há uma infinidade de chances de perda. Mesmo que não seja uma chance de 50%, os casos de perda serão certamente finitos. Ora, o que se arrisca é finito, as probabilidades de perda são finitas e o ganho possível é infinito, de modo que esta desproporção torna a escolha pela existência de Deus obrigatória do ponto de vista racional. Dado que jogar é inevitável, é só abdicando da razão que se pode renunciar a apostar o finito por um ganho infinito, sobretudo porque este finito, diante do infinito, não é nada, ou seja, pode-se ganhar o infinito e, mesmo em caso de derrota, não se perde nada. Aliás, esta aniquilação do finito diante do infinito, anunciada matematicamente no início do fragmento, é fator essencial para garantir a total razoabilidade da posição cristã.

É preciso lembrar, porém, que a pertinência da aposta, única atitude razoável diante da desproporção do finito diante do infinito, não elimina o caráter de incerteza envolvido em qualquer aposta. Se não houvesse incerteza nenhuma, sequer falaríamos de aposta, mas de demonstração irrefutável, o que não daria espaço para escolhas. Mas como a existência de Deus continua impermeável à demonstração metafísica, por mais inquestionável que seja a posição cristã, ainda assim falamos de uma aposta. Ora, retrucará o racionalista, se há incerteza de ganho, a infinita distância que a separa da certeza da perda de minha vida compensa matematicamente a distância entre o finito da perda e o infinito dos ganhos possíveis. Será pos-

sível que esta diferença entre certeza e incerteza volte a inclinar a balança para o lado do racionalista? Responde Pascal:

Isso não é assim. Todo jogador arrisca com certeza para ganhar com incerteza e, no entanto, arrisca certamente o finito para ganhar incertamente o finito, sem pecar contra a razão. Não há infinidade de distância entre essa certeza daquilo que se expõe e a incerteza de ganho; isso é falso. Há, na verdade, infinidade entre a certeza de ganhar e a certeza de perder, mas a incerteza de ganhar é proporcional à certeza do que se arrisca segundo a proporção das possibilidades de ganho e de perda. E daí vem que se existem tantas possibilidades de um lado quanto de outro, a partida está para ser jogada de igual para igual. E então a certeza do que se expõe é igual à incerteza do ganho, faltando muito para que esteja infinitamente distante dela. E assim a nossa proposição está numa força infinita, quando há o finito para arriscar, em um jogo em que existem iguais possibilidades de ganho e de perda, e o infinito a ganhar. (PASCAL, 2001, p. 161)

A recusa de levar em conta o incerto, implícita na objeção do racionalista, não desqualifica a aposta na existência ou não de Deus, ela desqualifica o próprio jogo. Trata-se de uma maneira tácita de trazer as regras do método cartesiano para uma discussão anticartesiana por excelência. O saber, em Descartes, não comporta o incerto em nenhuma dimensão, ainda que o próprio Descartes admita, na moral provisória do *Discurso do Método*, que por vezes temos que agir sem conhecer. Nestes casos, porém, agiremos como se soubéssemos com certeza⁴. Considerando que a aposta é uma reflexão a partir do incerto, assumido como tal, não há lugar para ela em Descartes.

Ora, quando o racionalista objeta que há uma distância infinita

4 “Minha segunda máxima consistia em ser o mais firme e o mais resolutivo possível em minhas ações, e em não seguir menos constantemente do que se fossem muito seguras as opiniões mais duvidosas, sempre que eu me tivesse decidido a tanto.” (DESCARTES, 1987, p. 42)

entre a certeza de perder e a incerteza de ganhar, está eliminando qualquer tipo de jogo ou aposta: se até um ganho infinito seria injustificável, quanto mais um ganho finito. Mas, em primeiro lugar, cumpre reconhecer que o jogo existe e faz parte de nossas vidas, mesmo que não se configure explicitamente como uma aposta. Diz Pascal:

577/234: Se não se devesse fazer nada a não ser pelo certo, não se deveria fazer nada pela religião, pois ela não é certa. Mas quanta coisa se faz pelo incerto, as viagens por mar, as batalhas. Digo pois que não se deveria fazer absolutamente nada, pois nada é certo. E que existe mais certeza na religião do que na possibilidade de vermos o dia de amanhã. Porque não é certo que vejamos o amanhã, mas é certamente possível que não o vejamos. Não se pode dizer o mesmo da religião. Não é certo que ela seja, mas quem ousará dizer que é certamente possível que ela não seja? Ora, quando se trabalha pelo amanhã e pelo incerto, age-se com razão, pois deve-se trabalhar pelo incerto pela regra dos partidos que está demonstrada. (PASCAL, 2001, p. 254)

Não só lidamos diariamente com o incerto, como há um instrumental matemático que dá razoabilidade às escolhas: a regra dos partidos. Explica Gouhier:

Pascal aplica aqui o cálculo que inventou para tratar do problema levantado pelo cavalheiro Méré: uma partida está em curso, uma partida de dados por exemplo; os jogadores decidem encerrá-la; o que cabe a cada um na situação em que se encontra neste momento? Com efeito, não se trata de dizer: cada um retome o que investiu, como se nada tivesse ocorrido. Em realidade, cada um dos jogadores não está mais na situação em que se encontrava no começo: antes de começar o jogo as chances são as mesmas para todos; mas à medida que o jogo avança, estas chances variam; se o jogo deve ser encerrado em certo momento, é equitativo levar em conta estas variações na repartição dos elementos. Para responder a esta preocupação moral de equidade, o matemático procura uma “regra dos partidos”, isto é, uma regra para calcular esta justa repartição. (GOUHIER, 1966, p. 283)

Qual é a expectativa de ganho que os jogadores podem ter em uma situação ou em outra? No nosso caso, na situação de viver como se Deus existisse ou como se Deus não existisse. É isso que a regra dos partidos calcula, com os dados disponíveis no momento, na situação atual, sem especular sobre a realização do evento incerto, a saber, a existência de Deus, que permanece na sua incerteza. Por conseguinte, não se trata de um cálculo de probabilidades sobre a existência de Deus, mas um cálculo da expectativa de felicidade que cada um pode ter nas duas alternativas. Nas palavras de Gouhier, tanto no caso dos jogadores de dados quanto na aposta do fragmento em análise,

não há nenhuma referência a um evento a vir, a um evento mais ou menos provável; aqui como lá, não se trata de prognóstico; mas aqui como lá há algo que se encerra e trata-se de calcular as chances no instante em que cessa o tempo das coisas que advêm. Cada instante de nossa vida é como este fim de partida em que a razão calcula o que se chamará mais tarde de “esperança matemática”. (GOUHIER, 1966, p. 284)

À guisa de conclusão, retomemos o percurso feito até aqui, agora que sabemos que o jogo é razoável, pela regra dos partidos, e acontece de fato no dia a dia. Mais do que isso, no caso em questão, vimos que o jogo é inevitável, pois recusar-se a apostar já é apostar contra Deus. Sendo assim, é melhor apostar de maneira razoável do que sem pensar no assunto. Afinal, o argumento de que a incerteza do ganho não permitiria arriscar é inócuo diante da inevitabilidade da aposta. Além disso, não há distância infinita entre certeza de perder e incerteza de ganhar. Isto só ocorreria entre a certeza de ganhar e a certeza de perder, inviabilizando o jogo, que só se dá onde há incerteza. Entre a incerteza de ganhar e a certeza do que se arrisca, há uma proporcionalidade de acordo com as probabilidades de ganho. Sendo iguais, a razoabilidade da aposta depende do aumento proporcional do ganho. Sendo o ganho infinito e as probabilidades de perda sendo finitas, não há o que hesitar, sobretudo porque o jogo é inevitável. A

aposta contra a existência de Deus, ou a pseudo-não-aposta, representam arriscar não esta vida, mas a outra, para ganhar esta. Ou seja, abrir mão de uma felicidade possivelmente infinita em nome de uma vida miserável e já aniquilada quando comparada com o infinito. Donde Pascal concluir, dizendo: *Isso é demonstrável*. Não se trata de ter demonstrado a existência de Deus, mas de ter demonstrado qual é a única atitude razoável diante da indemonstrabilidade da existência divina. Porém o interlocutor ainda pergunta: não há como ver o que está por trás do jogo? Em outras palavras, não há como eliminar a incerteza? Sim, haveria, se ele se dispusesse a examinar a Escritura, em busca de provas não metafísicas, mas históricas, da religião cristã. Só que este passo depende de muito mais pressupostos do que a mera discussão matemática que acaba de ser feita. Se a aceitação não veio por meio desta, dificilmente virá por aquela, que está numa linguagem avessa à da geometria. E com isso, o racionalista se rende. Será?

A sequência do fragmento mostrará que não. O racionalista não poderá render-se, mesmo reconhecendo que é o mais razoável a fazer. Mas esta última etapa do fragmento, após a argumentação propriamente dita, requereria uma reflexão de outra ordem, que extrapolaria o espaço e o intuito deste trabalho e que faremos em outra ocasião. Por ora, teremos de dormir com um barulho destes: o carola é mais razoável do que o geômetra.

CONSIDERATIONS ON PASCAL'S WAGER

ABSTRACT: This article intends to expose the argumentative structure of the famous pascalian fragment about the wager, whose main aim is to show the greater reasonableness of the Christian life compared to the non-Christian life. Starting from the indemonstrability of the existence or non-existence of God, the fragment develops a rationally acceptable argument to justify the bet on uncertain things, especially when the infinity is at stake.

KEYWORDS: Pascal, wager, reasonable, Christian life.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DESCARTES, R. (1987) *Discurso do Método*. In *Os Pensadores*, São Paulo, Nova Cultural.

GOUHIER, H. (1966) *Blaise Pascal : Commentaires*. Paris, Vrin.

LEBRUN, G. (1983) *Pascal: Voltas, desvios e reviravoltas*. São Paulo, Brasiliense.

MANTOVANI, R. (2016) *Limites da Apologia cristã*. São Paulo, Garimpo.

OLIVA, L. C. (2004) *As Marcas do Sacrifício*. São Paulo, Humanitas/Fapesp.

PASCAL, B. (1963) *Œuvres Complètes*. Paris, Seuil.

_____. (2001) *Pensamentos*. São Paulo, Martins Fontes.